

A EVOLUÇÃO DO HABITAT CASTREJO
E O PROCESSO DE PROTO-URBANIZAÇÃO
NO NOROESTE DE PORTUGAL
DURANTE O I MILÉNIO a.C.

Por **Armando Coelho Ferreira da Silva**
(Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto)

Resumo

O tema apresentado sobre *a evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal* insere-se na sequência da investigação que vimos realizando no âmbito da Proto-história do Norte de Portugal (*in specie*: A. C. F. Silva 1981-82, 1983-84, 1986, 1990a, 1993, 1994; A. C. F. Silva — M. V. Gomes 1992; A. C. F. Silva — R. Centeno 1993) e pretende sintetizar os resultados obtidos sobre a originalidade das transformações ocorridas durante o primeiro milénio a. C. e grande parte do século I d. C., em que se torna manifesto um progressivo desenvolvimento, segundo etapas diferenciadas, de expressões de incipiente organização para formas urbanas.

Depois de uma breve nota introdutória de carácter historiográfico, proceder-se-á ao estudo do habitat castrejo, com análise da ocupação e organização do espaço, implantação e estruturação dos povoados no quadro das respectivas coordenadas geográficas, cronológicas e culturais.

Serão utilizados, como documentação preferencial, os resultados dos trabalhos por nós realizados, muitos deles em colaboração, designadamente com o nosso colega Prof. Rui Centeno, em estações arqueológicas representativas da cultura castreja do Noroeste de Portugal, designadamente no Castro do Coto da Pena e Cividade de Âncora (Caminha, Viana do Castelo), Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Maria de Galegos (Barcelos), Castro de Cidadelhe (Mesão Frio) e Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul).

A Cultura Castreja do Noroeste apresenta no quadro de Proto-história da Península Ibérica uma marcante personalidade que lhe é justamente conferida pela peculiaridade do tipo habitat (Est. I).

Revelada nos finais do século passado pelos trabalhos de F. Martins Sarmiento, um dos principais pioneiros da arqueologia portuguesa, na Citânia de Briteiros, a novidade da sua descoberta, segundo observações recentes, terá sido divulgada em primeira mão na revista *New Quarterly Magazine*, menos de um ano após o começo destas escavações.

E já nesta notícia de 1876, intitulada «The Lost City of Citânia» (Latouche 1993), julga-se que da autoria do cônsul britânico na cidade do Porto Oswald J. Crawford sob pseudónimo, estão contidos os principais elementos, que se tornaram esteriótipos desta cultura, tradicionalmente havida (desde as primeiras referências do 1.º volume da História de Portugal de Alexandre Herculano a Florentino López Cuevillas) como uma civilização céltica da Idade do Ferro sobretudo caracterizada pelo seu habitat fortificado de construções graníticas, que Orlando Ribeiro realçou como sendo uma das primordiais afirmações do atlantismo regional.

Progressivamente melhor definida em estudos posteriores, é nosso dever distinguir a actividade do Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela e de outros arqueólogos galegos do grupo «Nós» e, em Portugal, da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, do Porto, e de outros arqueólogos, como Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Christopher Hawkes. Com a mais recente investigação, em que será justo destacar o papel desempenhado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde os primeiros trabalhos do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e também pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, as coordenadas geográficas, parâmetros cronológicos e componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais são hoje melhor conhecidas e problematizadas. À última geração caberá o mérito da cientificação do estudo da Proto-história regional, ultrapassando a fase descritiva dos trabalhos anteriores, com abertura para ensaios metodologicamente mais garantidos e de carácter mais interpretativo (especialmente: Silva 1986, Martins 1990, Peña Santos 1992, Queiroga 1992, Alarcão 1993).

Pode contabilizar-se, de momento, um número de cerca de um milhar de povoados fortificados para a generalidade do território do Norte de Portugal, cujo inventário estamos a elaborar desde a primeira lista, declaradamente provisória, de 1986 (Silva 1986, 19). O nosso trabalho poderá, entretanto, contar com contributos de âmbito regional,

designadamente relativos à bacia inferior do rio Lima (Almeida 1990), do curso médio do rio Cávado (Martins 1990), da bacia do Ave (Queiroga 1992, Dinis 1993), da região entre Douro e Vouga (Silva, A. M. S. P., 1994) e a região do Alto Tâmega (Amaral 1994) e de Trás-os-Montes Oriental (Lemos 1993), fazendo progredir significativamente a base de dados então apresentada. Resultando, em geral, de trabalhos académicos, alguns dos quais contaram com a nossa orientação e em que se torna notória a utilidade do nosso inventário, preparamos uma versão actualizada, após o termo da prospecção em curso na bacia do Minho, no vale do Neiva, no litoral minhoto, no Baixo Tâmega e na Beira Alta.

A sua cartografia permite visualizar, em imagem panorâmica, o perfil da ocupação das comunidades indígenas pré-romanas da região, que poderá servir de indicador para uma reflexão sobre um dos momentos mais importantes do seu processo demográfico, em que terão intervindo, para a optimização da escolha do habitat castrejo, além da altimetria, por representar um factor relevante em consideração ao seu carácter defensivo, a existência de condições estratégicas, propiciadas por posições mais ou menos destacadas, habitualmente relacionadas com a rede hidrográfica, que se tornava cumulativamente útil para a defesa, subsistência e comunicação das populações, e outros factores, designadamente razões de índole económica ou de ordem político-militar, conforme as circunstâncias.

Entre os resultados obtidos na investigação sobre esta cultura, há a considerar um vasto registo de influências de carácter exógeno que manifestam um quadro de relações de longo curso e suavizam a imagem de isolamento que, a partir de alusões clássicas, se foi divulgando como índice de uma área marginal. A complexidade e a natureza dos dados observados bastará como o melhor testemunho de que, mais que uma *finisterra*, esta zona geográfica foi eixo de comunicação e pólo de interesses e atracção.

Em estudos por nós anteriormente elaborados sobre o tema (Silva 1983-84, 1986, 1990, 1990a, 1991, 1993, 1994, Silva-Gomes 1992) vimos propondo, com base em elementos significativos do registo arqueológico, controlado por perfis stratigráficos e datações absolutas, a evolução do habitat castrejo segundo um esquema de periodização relacionável com o seu desenvolvimento interno e o discurso histórico peninsular em que se definem três fases (Est. II), cada qual com uma divisão interna, que cobrem globalmente o primeiro milénio a.C. e grande parte do século I d.C., respectivamente:

— uma *primeira fase*, correspondente à 1.^a metade do I milénio a.C., como sendo da sua formação, com emergência de povoados

fortificados no contexto do Bronze Final Atlântico, com relações continentais e mediterrânicas. A sua primeira parte (*IA*) situa-se entre 1000 e 700 a.C. e o seu desenvolvimento (*IB*) durante os séculos VII e VI a.C., revelando crescentes contactos interiores e meridionais;

— uma *segunda fase*, de afirmação do habitat castrejo em fácies regionais e sua hierarquização segundo critérios de predominância económica que denota, na primeira parte (*IIA*), com cronologia entre cerca de 500 e 200 a.C., estímulos continentais de teor post-hallstático ou dos Campos de Urnas da Idade do Ferro, migrações internas peninsulares, como as dos *Turduli Veteres*, e intercâmbios por via do comércio púnico; o seu desenvolvimento posterior (*IIB*), já sob os auspícios das primeiras importações itálicas, anuncia próximos contactos directos entre romanos e indígenas;

— e uma *terceira fase*, de proto-urbanização e reordenamento territorial no quadro da romanização, com relevância para critérios político-militares, que presumimos ter-se iniciado (*IIIA*) na sequência da campanha de Decimus Junius Brutus (138-136 a.C.) e se terá prolongado até à segunda metade do século I d.C., com referência às reformas flavianas na região, cuja nitidez se altera a meio da fase (*IIIB*), após a conquista e pacificação do Noroeste, com a adopção de modelos propostos pelo domínio romano.

* * *

Neste momento, pretendemos justamente reflectir sobre a especificidade da emergência destas nossas primeiras expressões urbanas patentes na ocupação e organização do espaço e na estruturação da *cidade castreja*, como resultado de um processo de longa duração, que contou com a assimilação de influências exógenas, que agiram como elemento dinamizador da evolução cultural indígena, sobretudo manifestas em numerosos registos tecnológicos e simbólicos como, v.g., o aperfeiçoamento da metalurgia do bronze na fase *IA*, introdução do trabalho do ferro, de técnicas de soldagem, filigrana e granulado e de motivos decorativos estampados, na fase *IB*; novos adereços como símbolos de hierarquização, na fase *IIA*; a introdução da roda de oleiro e de mós giratórias, na fase *IIB* e, a considerar em particular, no caso vertente, a introdução de modelos urbanísticos de tipo hipodâmico na fase *III*, em contexto de romanização.

Fase I

Não sendo de considerar, por descontextualizadas, referências ocasionais a favor da probabilidade de pervivência de povoamento em alguns castros desde o III milénio a.C. (Jorge 1990; Martins e Jorge 1992), o início deste processo começa a estar bem confirmado por numerosas datações absolutas no final da Idade do Bronze que calibradas, nos situam genericamente na transição do II para o I milénio a.C. (Carballo e Fábregas 1991, 257, 259), segundo as informações recolhidas em trabalhos recentes (Jorge 1990; Silva-Gomes 1992, Silva 1993), designadamente no Castro do Coto da Pena (Caminha), castros de S. Julião e Barbudo (Vila Verde), Castelo de Matos (Baião), Castro de Baiões (S. Pedro do Sul), Castro de sabnta Luzia (Viseu), Castro de S. Romão (Seia) e outros, tornando-se já possível uma caracterização sumária do habitat nesta fase arqueológica correspondente à etapa da sua formação, relacionada com um desenvolvimento excepcional da actividade metalúrgica.

Nos casos analisados verificou-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões, de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agrícola e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando integração num sistema económico de largo espectro.

O estudo do povoamento em algumas das instâncias mencionadas revelou uma ocupação em superfície restrita, da ordem dos 600 m², como se calculou para S. Julião, Vila Verde, e raramente atingindo dois hectares, de que se aproxima a área do Castro de Baiões (S. Pedro do Sul).

E, apesar de serem reduzidas as informações que permitem, inferências sobre os espaços da vida quotidiana, encontra-se bem documentada a fixação no interior de povoados fortificados de diversos trabalhos domésticos e artesanais, com expressivo espólio de moagem, tecelagem, fundição e outros testemunhos, a comprovar uma actividade económica de componentes diversificadas, incluindo a recollecção, a caça, a pesca, a agricultura e a metalurgia.

De notar, em especial, o aparecimento, nesta fase, de sistemas defensivos, ainda que rudimentares, de muralhas de pedra (Coto da Pena; Baiões), talude e fosso (S. Julião), em clara evidência de início de fortificação dos povoados, característica que prevalecerá sobre o carácter aberto do habitat, ainda documentado como existindo em contem-

poraneidade (o que será natural admitir numa fase de transição), como parecem sugerir as datações de C14 de 770 e 760 a.C. relativas à Bouça do Frade (Baião), povoado aberto com alinhamentos de buracos de postes e estruturas de armazenamento em fossas/silos (Jorge 1988), ainda que outro registo arqueológico recomende cronologias da primeira etapa do Bronze Final, anteriores ao 1100/1000 a.C (Silva et alii 1993), para situações congéneres.

O testemunho da existência de construção também de pedra na arquitectura doméstica verificada no Coto da Pena, na fase IA, é outro elemento a considerar nesta análise, que, deste modo, contraria a afirmação corrente de que as estruturas mais antigas do habitat castrejo seriam exclusivamente de materiais perecíveis (Est. VIII, 1).

Com efeito, segundo os dados estratigráficos (Est. VIII, 2), em função da presença de materiais característicos e de uma datação obtida por uma análise de radiocarbono, se deverá concluir que as fundações de pelo menos uma das estruturas do Castro do Coto da Pena se reporta a um momento anterior à formação dos estratos mais antigos (06 e 05), que constituem, respectivamente, um piso de ocupação (06) sobreposto por uma espessa camada de concheiro (05), com ossos de vertebrados e moluscos associados a um grande núcleo de sementes e alguns objectos metálicos, cerâmica manual, incluindo fragmentos com paralelos na cerâmica de Baiões, e ainda mós de rebole e numerosos pesos de rede e seixos afeiçãoados.

O piso de ocupação (06) é formado, no exterior desta estrutura, por uma fina camada de saibro arenoso sobre uma camada de regularização (07) que encosta à face Norte do muro, correspondendo-lhe no interior uma superfície de ocupação, em plano mais elevado, sobre uma camada de regularização mais espessa que no exterior.

A sua ocupação é datável do Bronze Final, por uma foicinha de talão, típica deste período, que foi exumada no interior, e por uma análise de C14 de um conjunto de sementes de *vicia faba*, do estrato do concheiro que se acumulou sobre a camada correspondente do exterior, que forneceu a datação de 2930 ± 100 B. P. (UGRA 200), com calibração a 2 sigmas entre 1410 e 900 a.C..

Esta construção tem planta alongada de perfil curvilíneo, com 6 m de comprimento máximo, na direcção N-S. e 4, 5 m de largura máxima (E-W), distinguindo-se das restantes estruturas descobertas no povoado, sendo natural que esta estrutura pétreia suportasse paredes de materiais perecíveis.

As referências a estruturas habitacionais de planta oval, como as que foram identificadas na Tapada da Ajuda, Lisboa, e no povoado de Neves II em Castro Verde, no Alentejo, não divergem destas observações,

indiciando afinidades de comportamento das comunidades indígenas da fachada atlântica.

Sem elementos bastantes que nos permitam decidir inequivocamente sobre o controverso problema da origem das casas redondas no estado actual da investigação, apesar da tendência curvilínea que referenciamos no Coto da Pena e dos indícios de plantas circulares no Castro de Baiões, confirmadas numa cabana do Castro S. Julião, não está ainda satisfatoriamente atestada a tipologia das habitações castrejas nesta sua primeira fase.

Consideramos, porém, a opção por plantas circulares como uma solução de tradição indígena, de fundo etnográfico, que se nos afigura de maior verosimilhança relativamente aos argumentos das teses difusionistas, que pretendem buscar a sua génese nos povoados meridionais da Idade do Bronze, donde esse elemento, que seria tipicamente mediterrânico, teria penetrado por intermédio da Extremadura em direcção a Soto de Medinilla, e daqui teria irradiado até ao Vale do Ebro e muito naturalmente também para o Noroeste, segundo a opinião de alguns investigadores, como Ch. Hawkes (1984).

Trata-se, em todo o caso, de uma solução que nada tem a ver com presumíveis características célticas, como vinha sendo afirmado desde as primeiras referências de Alexandre Herculano, uma vez que os celtas construía segundo alinhamentos ortogonais.

Seja como for, não podemos deixar de considerar a importância deste primeiro registo arquitectónico de tendência para a progressiva petrificação das estruturas habitacionais castrejas, assinalando-lhe, desde os primórdios da sua formação, o carácter sedentário.

Sendo ainda poucos os testemunhos deste processo, a sua confirmação parece indesmentível face aos dados de arquitectura doméstica das recentes escavações do Castro de Torroso (Mós, Pontevedra) com várias construções de pedra, de planta circular, curvilínea e mista, datadas, por uma significativa série de análises por radiocarbono, dos séculos VII e VI a.C., a que se podem acrescentar outras referências galegas de construções pétreas, como as do Castro de O Neixón (Calo — Sierra 1983, 35), a par de registos de estruturas em materiais perecíveis documentados no Castro de Penalba, Castromao e A Lanzada.

Desconhecendo-se, no estado actual da investigação, as razões que presidiram à transferência das comunidades indígenas de aldeamentos dispersos para povoados implantados em posições naturalmente defensivas e fortificadas, parece evidenciar-se uma selecção de critérios estratégicos em que era garantida a subsistência das populações e a defesa e gestão dos recursos, particularmente relacionados com o domínio sistemático do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos metais.

Segundo os elementos disponíveis para análise, que podemos exemplificar com dados recentes sobre o Vale do Ave, com 13 castros identificados (Est. IV, Dinis 1993), ou da sequência Castro de Baiões — Senhora do Castro — Santa Luzia — Castelo dos Mouros, na região de Viseu, supomos que, no termo desta fase, a generalidade da região esteja praticamente coberta por comunidades autónomas internamente hierarquizadas que, graficamente, poderiam reproduzir um esquema de justaposição, sem expressões de predominância como de tipo feudal (Alarcão 1993), adaptado de P. Le Brun (1987) para o Centro da Europa (Est. III, 1).

E ainda que se reconheça a difusão deste fenómeno por vastas zonas da Europa, a notória prosperidade do Noroeste peninsular (sobretudo manifesta nos numerosos depósitos de bronze e ouro, motivadora de cobiça) poderá ter encontrado no fenómeno castrejo resposta adequada aos desafios ora postos à organização da sociedade, gerando a necessidade de defesa com conseqüente incremento de hierarquização, acentuando, porventura, poder de certos chefados, não raro indiciados por numerosos bens de prestígio.

Poderá servir como testemunho deste condicionalismo o depósito de fundidor do Castro da Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul), em ambiência em que podemos associar elementos característicos do mundo atlântico (mais evidentes nos artefactos metálicos tradicionais, tais como machados de talão de bronze e típicas jóias de ouro maciço), de origem continental (mais notórios na decoração cerâmica) e, em especial, com afinidades com o Mediterrâneo, bem documentadas sobretudo pela presença de objectos de natureza religiosa, que atestam contactos com o Próximo Oriente no período pré-colonial, com anetrioridade à instalação fenícia no Ocidente Peninsular.

Durante os séculos VII e VI a.C., com correspondência à fase IB, os dados adquiridos em escavações estratigráficas e estudo de materiais manifestam a sequência dos contactos registados no final da Idade do Bronze com incremento para as influências meridionais, que testemunham uma corrente de intercâmbios marcadamente litoral que se encontra compassadamente registada ao longo da nossa costa desde Castro Marim (Vila Real de Santo António), Monte Molião (Lagos), Alvor, Bensafrim e Rocha Branca (Silves), no Algarve; Sines, no Alentejo; Setúbal, Alcácer do Sal e feitoria fenícia de Abul, à foz do Sado; feitoria fenícia da Quinta do Almaraz (Almada), Lisboa e Alcáçova de Santarém, no estuário e curso do Tejo; feitoria fenícia de Santa Olaia, à foz do Mondego, e Conimbriga, para o interior; Baiões, no curso do Vouga; Baião, no vale do Douro, e Paços de Ferreira, nas imediações do Porto; Santo Estêvão da Facha, no curso

inferior do Lima; Coto da Pena, na foz do Minho, e outras estações costeiras da Galiza, como Santa Tecla, Torroso, Penalba, La Lanzada, Alobre e Neixón (Est. V).

Fase II

Por meados do I milénio a.C., certamente como resultado das perturbações acontecidas no Sul da Península após a batalha de Alalia ocorrida em 535 a.C., o Noroeste peninsular terá servido de palco aos episódios da expedição de Túrdulos e Célticos referida por Estrabão (3, 3, 5), hoje melhor esclarecida com os resultados das escavações arqueológicas realizadas na área dos *Turduli Veteres*, nomeadamente no castro de Romariz, Santa Maria da Feira (Est. IX, 1-2), e a partir da confirmação epigráfica da sua presença na margem esquerda do Douro, nas *tesserae hospitales* aparecidas no Castro da Senhora da Saúde, em Vila Nova de Gaia (Est. XVI, 1), de acordo com os textos de Pomponius Mela (3,8) e sobretudo Caius Plinius (4, 112-113).

Segundo Estrabão, viviam junto do Cabo *Nérion* (Finisterra) uns célticos (*Kéltikoi*), aparentados aos das margens do *Anas* (Guadiana), que para aí se teriam dirigido na sequência de uma expedição conjunta com túrdulos. «E dizem — acrescenta Estrabão — que, passado o rio Lima, os túrdulos desertaram», separando-se dos seus companheiros, após luta travada entre si. Tendo perecido o seu chefe, os túrdulos ficaram sem guia para regressar, dispersando-se pela região.

Pelos dados obtidos, sabemos agora com segurança que se estabeleceram na franja meridional da cultura castreja, a Sul do Douro, conferindo a esta área as diferenças verificadas em relação às zonas setentrionais, imprimindo-lhe a densidade de materiais de tradição púnica um facies paralelo ao de maior influência céltica para a área da Corunha, na Galiza. Duas referências cronológicas, obtidas por C14, em amostras procedentes de estratos inferiores de estações dessas áreas, respectivamente de 600 ± 100 a.C. no Castro de Romariz (Santa Maria da Feira) e 520 ± 100 a.C. no Castro de Borneiro (Coruña), também poderão apoiar a cronologia desta ocorrência em torno dos meados do I milénio a.C..

Sendo ainda prematuro estimar o alcance deste movimento, não se poderá, de qualquer modo, ignorar a amplitude do reordenamento territorial sequente às vicissitudes desta expedição, que terá resultado em verdadeiras formas de colonização de âmbito regional de acordo com as apetências e as aptidões desses agentes e os recursos naturais que certamente tinham por objectivo explorar, como será lícito supor em relação à exploração metalúrgica, designadamente de ouro e estanho, por

parte de um grupo que se terá implantado para interior, na Beira Alta (porventura epigraficamente identificados com os *Hiberi* numa inscrição da Queiriga) e a exploração do sal, de reconhecida importância económica nas sociedades proto-históricas, por parte de outro grupo instalado na Beira Litoral (possivelmente identificados com os *Hiberi* numa inscrição de Romariz).

Portadores de uma cultura superior, salientada nas fontes clássicas (v.g., Estrabão, 3, 16) devem estes povos ter promovido o progresso das comunidades indígenas, permitindo-nos consolidar a probabilidade de relacionar o desenvolvimento das influências mediterrânicas que nos é dado perceber neste processo evolutivo castrejo, em especial na área litoral, com a associação deste movimento migratório ao comércio púnico, tornando-se, assim, num valioso indicador do peso da colonização cartaginesa relativamente à influência grega no Mediterrâneo Ocidental e no mar exterior, conforme se pode deduzir dos dados regionais conhecidos, inclusivamente dos gráficos de frequência do espólio cerâmico do Castro de Romariz, com registos significativos da cerâmica de produção e/ou tradição púnica, com 26% sobre 74% de cerâmica indígena no estrato inferior (07) e, com 29% sobre 70,93% no estrato (05), que apenas forneceu 1 fragmento de cerâmica grega.

Das intervenções em povoados castrejos com ocupação identificada nesta fase, apesar de não se terem conseguido áreas suficientemente representativas para uma expressiva leitura antropológica, resultou de novo um quadro com certas diversidades na montagem das estruturas e na utilização dos modelos e da própria matéria-prima, conforme se deduz da análise concreta das situações por nós verificadas em especial no Castro do Coto da Pena, Caminha, na Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim, e no Castro de Romariz, Santa Maria da Feira (Silva 1986) e também em Santo Estêvão da Facha (Almeida et alii 1981), Castro de São Julião, Vila Verde (Martins 1988, 1990), Castro de Penices e Castro das Ermidas (Queiroga 1992).

São, efectivamente, manifestas as particularidades destas estações, que se tornam mais salientes quando confrontados os elementos comuns registados a Norte do Douro com os da área a Sul deste rio, onde ainda não foram encontradas estruturas pétreas de habitação. Seja como for, é de observar, por ser um significativo elemento caracterizador da arquitectura castreja, a adopção sistemática da planta circular documentada no Coto da Pena (Caminha) e na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e também em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), com idênticas características construtivas de paredes pouco espessas de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro e com estratos de ocupação de pisos finos.

Independentemente de peculiaridades regionais e das influências externas exercidas sobre o fundo indígena, em especial as que se definem como de cariz post-hallstático ou dos Campos de Urnas da Idade do Ferro, documentadas por materiais de origem continental, em cujos ambientes vêm sendo progressivamente reconhecidas representações arquitectónicas e soluções técnicas afins, o que parece não oferecer, jamais, dúvidas é de que a utilização da pedra como matéria-prima das construções castrejas, mais vulgarizada nesta fase, surge na continuidade de experiências regionais anteriores que, cada vez mais, se vêm atestando quer para os sistemas defensivos quer para as estruturas residenciais.

Alguns destes povoados, como o do Coto da Pena, S. Julião e certamente também a Cividade de Terroso, prolongam a ocupação anterior, sendo notório um alargamento da área, até aí demarcada por precários sistemas de defesa, denunciando crescimento populacional interno. Outros, como o Castro de Romariz, implantados em colinas aparentemente mais dependentes dos recursos do vale ou da planície, exemplificam casos de fundação desta fase, reforçando a imagem de um período de expansão demográfica, patente no incremento numérico de novas fundações relativamente à 1.^a fase observada, v.g. no Vale do Ave, onde ora se regista já dúzia e meia de povoados (Dinis 1993). Com origem num pequeno núcleo do Bronze Final, a Cividade de Terroso terá alcançado, neste período, uma superfície de cerca de 4 ha de área ocupada certamente como resultado da sua posição geográfica favorável ao intercâmbio de longa distância, podendo representar um caso de hierarquização no esquema da evolução do poder regional. Com idêntica localização costeira, favorável às funções de *port of trade*, se poderá relacionar o presumível desenvolvimento de *Cale*, no Morro da Sé do Porto, em situação que poderá ter sido reproduzida na entrada do Ave (no presumível Castro de S. João), do Cávado (Castro de S. Lourenço), do Lima (Citânia de Santa Luzia?), do Minho (Santa Tecla) e em outras escalas do interior, como o Castro de Penices e das Ermidas, no curso do Este, do Castelo de Faria e S. Julião no Vale do Cávado e o Coto da Pena, entre o Minho e o Coura.

Na sequência dos gérmens da fase anterior, é de admitir ter-se desenvolvido um processo de diferenciação hierarquizada afim ao do paradigma observado a respeito dos principados hallstáticos centro-europeus, em que o reforço do poder político se relacionava com o comércio de bens de prestígio como resultado de importações de longa distância (Est. III, 2), para usar uma sugestão de uma recente análise do Prof. J. Alarcão baseado no modelo interpretativo de Rowlands — Frankenstein (Alarcão 1992).

Em conformidade com este processo, em todos os casos analisados

se verifica um reforço de sistemas defensivos com a construção de fortes muralhas, como as que referenciámos no Castro de sabroso, na Cividade de Terroso, no Castro de Baiza (V. N. Gaia) e Castro de Romariz, devendo atribuir-se também a esta fase a introdução de formas complementares de defesa, com destaque para fossos e pedras fincadas de numerosos castros transmontanos, como os conhecidos do Castro de Carvalhelhos, relacionadas com influências da arquitectura militar da Meseta.

Escalonamos esta segunda fase em duas etapas que perspectivam um desenvolvimento do mundo indígena integrado num quadro de relações com influxos de procedência continental e contactos meridionais e mediterrânicos no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e, posteriormente, das primeiras influências itálicas.

Esta ordem de influências, cuja assimilação transparece nos dois grandes grupos de ourivesaria castreja desta fase, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico, é-nos testemunhada por inúmeros outros materiais. As fíbulas tipo Sabroso e Santa Luzia, bem presentes na orla litoral, e as de tipo transmontano, sobretudo assinaladas na sua área epónima do interior, apoiam um horizonte desde há muito referenciado por Bosch-Gimpera (1932, 1975) como de natureza post-hallstática e mais recentemente como dos Campos de Urnas da Idade do Ferro (Zapatero 1985). Por sua vez, o horizonte mediterrânico é testemunhado por numerosas cerâmicas de procedência e/ou tradição púnica e algumas cerâmicas gregas e pré-campanienses que aparecem associadas a diversas formas de cerâmicas indígenas sempre de fabrico manual e com diversidade e riqueza decorativa denunciadora da vitalidade desta fase, que se vai simplificando na segunda parte deste período, na fase IIB. Neste passo, se percebeu o aparecimento do torno lento no fabrico da cerâmica indígena e se manifestou a chegada dos primeiros produtos da importação itálica, em especial cerâmica campaniense A, em conformidade com as transformações operadas no Mediterrâneo Ocidental, como resultado das guerras púnicas, a favor do domínio romano, que não tardará a impor-se a toda a Península.

Pelos dados da estratigrafia da Cividade de Terroso, atribuímos também a este momento (fase IIB) a introdução do átrio ou vestíbulo na casa castreja, como principal inovação das estruturas do habitat, enquanto sinal de especialização do espaço familiar, e que entendemos relacionar-se com a introdução da *casa-pátio*, de tipo mediterrânico, e ainda o uso das mós giratórias, que substituem doravante as mós de reboło muito numerosas desde o Bronze Final.

Fase III

A campanha de Decimus Junius Brutus (138-136 a.C), atestando os primeiros contactos directos entre romanos e populações indígenas, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, deverá considerar-se responsável pelo termo desta fase e o início de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes, se manifestou como de padronização do habitat castrejo como fruto das novas relações estabelecidas doravante no *processus* da romanização.

É, com efeito, a este período que se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha) e outras, que se tornaram modelos desta cultura.

Por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer (v.g., Silva 1986, Martins 1990, Alarcão 1992, Dinis 1993, Lemos 1993).

Uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância da ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Alvarelhos (Santo Tirso) e a Mozinho (Penafiel), e também a Eiras (V. N. Famalicão), a Bagunte (V. do Conde) e a Vandoma (Paredes), correspondente a uma jornada, sugere a consideração desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos (Est. VI). Obedecendo a uma certa hierarquização, esses grandes povoados poderão ter desempenhado o papel de lugares centrais em posição de metrópoles de territórios demarcados, adstritos a grupos étnicos, alguns deles conhecidos por indicações epigráficas que apontam para a sua identificação com unidades suprafamiliares (designadas singularmente por *castellum*, ou pelo signo correspondente), inferiores aos *populi* ou *civitates*, identificados na organização social castreja (Est. VII, XVI).

Limitando a nossa observação às margens do Douro, com base na

importância da sua implantação e extensão de área ocupada e categorias urbanísticas, poderão ser reconhecidas na densidade da rede de povoamento da margem direita, de ocidente para oriente, vários lugares centrais de territórios bem dominados visualmente com uma média de uma dezena de povoados subsidiários definidos por acidentes geográficos, como a rede hidrográfica e a orografia, designadamente:

— o Castro de Alvarelhos, capital dos *Madequisenses*, entre Leça e Ave, do mar à Serra da Agrela e seus prolongamentos, configurando a *terra da Maia* dos tempos medievais;

— a Citânia de Sanfins, capital dos *Fidueneae*, no Vale do Vizela/Bacia do Alto Ferreira, embrião da *terra de Ferreira*;

— o Monte do Senhor dos Perdidos, em Felgueiras, como lugar central do Alto Sousa, a coincidir com a *terra de Sousa*.

Junto ao Douro, localizar-se-iam, no mesmo sentido, mais dois sítios com características de capitalidade:

— um no Castro de Vandoma, Paredes, lugar central dos *Calaeci*, no Baixo Ferreira e Baixo Sousa;

— outro no Monte Mozinho, Penafiel, capital dos *Anaeci*, no Baixo Tâmega, que perviverá na *terra de Anégia*.

Em geral, esta onomástica reporta-se, a crer na veracidade das etimologias dos etnónimos a uma matriz indo-europeia pré-céltica com ascendência provável, no caso, à etapa da sua formação no Bronze Final.

Na margem esquerda, poderão ser reconhecidos, pelas mesmas circunstâncias:

— o Castro do Monte Murado ou da Senhora da Saúde, em Vila Nova de Gaia, como cabeça do território dos *Turduli Veteres*, de origem não indo-europeia, que se terão associado a grupos indígenas com prováveis referências de influência céltica como os *Lancobrigenses*, ocupando a área correspondente à *terra de Santa Maria*;

— e, mais a Sul, o Castro de Ul, como lugar central de outro grupo eventualmente identificado com os *Haberi* mencionados numa epígrafe de Romariz, Santa Maria da Feira, certamente da mesma matriz não indo-europeia, assim contribuindo para uma maior diversidade regional.

Fenómeno similar ao da «civilização dos *oppida*», no quadro da organização político-social característica de numerosas sociedades não-clássicas de La Tène Final, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo

de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular, de que se destacam as campanhas sertorianas, as campanhas de César e, mais tarde, os momentos definitivos da conquista por Augusto significativamente documentados por achados numismáticos (Centeno 1987), em qualquer caso cumprindo a função de principados centralizados, liderados por chefes guerreiros cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, vindos dos períodos anteriores, esta fase aparece também marcada pela fundação de vastas aglomerações, em que a homogeneidade do seu ordenamento e a inexistência de renovações de pisos confirmam o cumprimento, em breve lapso de tempo, de um plano de urbanização, como parece ser o caso da Citânia de Sanfins.

Ainda que detectadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (Almeida 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, que resultaram numa triplicação do número de povoados relativamente à primeira fase, como se pode observar, por exemplo, no Vale do Ave (Dinis 1993).

É natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização arqueologicamente manifesta num novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deuzir da análise de grandes povoados como as citânias de Sanfins ou Briteiros, onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações.

Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspecto, um modelo paradigmático (Est. XII). Ocupando uma superfície intra-muros, de mais de 15 ha, superior à generalidade das cidades romanas de Portugal, e desenhando uma planta regularizada com distribuição organizada dos espaços privados e com função pública.

Configurando globalmente um esquema urbanístico congénere ao da cidade de Numância reconstruída após a conquista romana de 133 a.C., o espaço aparece ordenado em função de um arruamento central que corre no sentido Norte-Sul e se ramifica, ortogonalmente, em arruamentos transversais mais ou menos equidistantes, formando uma espécie de quarteirões ou bairros, subdivididos em unidades intermédias que integram em média quatro núcleos, cada qual constituído em geral por quatro a cinco unidades circulares e angulares convergentes para um pátio comum

quase sempre lajeado e com acessos próprios, ocupando uma área média entre 200 e 300 m² cercada por um muro, e que seria pertença de uma *família extensa*, interpretada epigraficamente como *domus* na Citânia de Briteiros.

A análise espacial de alguns destes núcleos, com características familiares bem definidas, na Cidade de Âncora, Caminha/Viana do Castelo (Est. X-XI), revelou-nos alguns destes conjuntos, um dos quais fazia compreender, em torno de um pátio lajeado central, com uma fonte ou cisterna, uma casa circular com lareira destinada a habitação, outra rectangular com forno interno e lareira, de função mista, e outra circular com vestíbulo (posteriormente alargada por sobreposição para uma forma basilical), com bancos de pedra ao redor dos muros e lareira central, para as festas familiares, segundo Estrabão 3, 3, 7 (Est. XI, 2). Este núcleo poderá ter incluído ainda um recinto funerário como o que apareceu no núcleo imediato, com composição congénere, repetindo globalmente o mesmo esquema.

A concretização de um programa de arqueologia experimental na Citânia de Sanfins (colab. R. Centeno), que inclui a reconstrução, em termos de volumetria e funcionalidade, de uma destas estruturas, permitirá observar, pela modularidade da composição e racionalidade da disposição e integração no povoado, as características urbanas destes conjuntos (Est. XIII).

Torna-se evidente um primeiro nível de influência romana na adopção do módulo *casa-pátio*, de tipo mediterrânico, com unidades circulares e rectangulares voltadas para um pátio central lajeado, que seria o único espaço aberto do conjunto arquitectónico.

Para a reconstrução volumétrica, procedeu-se ao levantamento das paredes sobre os alicerces arqueológicos das diversas estruturas, interpretando-se o funcionamento espacial com base em elementos originais, em especial, soleiras, ombreiras, padieiras, bases de poste central, prisões de gado, pias e mós de farinação.

Para a cobertura global do núcleo, foi particularmente estimada a existência de muros de suporte de travejamento e de delimitação de recintos, assim como o sistema de drenagem de águas pluviais e a superfície lajeada.

Na ênfase dada à estrutura com vestíbulo, além das nossas análises sobre o tema, particularmente realizadas na Cidade de Âncora (Silva 1981-82, 1986), foram considerados paralelos proto-históricos que entendemos adequados à distinção desta unidade, tendo sido utilizadas no cumprimento deste projecto matérias-primas, tecnologias e soluções artesanais.

O resultado desta reconstituição sugere o sentido da propriedade privada familiar e a salvaguarda da privacidade doméstica castreja, que outras propostas, como a de Martins Sarmiento para a Citânia de Briteiros e a reconstrução de Santa Tecla parecem ignorar.

O estudo axonométrico do núcleo do Castro de Romariz (Silva-Centeno 1993) evidencia aculturação de elementos claramente romanos que caracterizam um segundo nível de evolução ocorrida desde Augusto, documentando bem as mudanças do meio desta fase (III A/III B).

O espaço indígena, que continuou a integrar duas unidades circulares e uma rectangular, que terão conservado as mesmas funções, foi internamente reformulado substituindo as estruturas anteriores por um complexo policelular com características arquitectónicas romanas, nomeadamente notórias nos alinhamentos ortogonais e ângulos de construção, com cobertura de *tegula*, nas argamassas, rebocos e pinturas das paredes e noutros elementos, como um *cartibulum*, que se poderá interpretar como ajustado a funções indígenas ou mais provavelmente como adopção de comportamentos romanos.

De preferência a outras *rationes* de estimativa demográfica (v.g., Alarcão 1992), o carácter modular destas unidades poderá servir como índice de cálculo. Nestes termos, e considerando, por exemplo, a análise da superfície ocupada da Citânia de Sanfins, a sua população poder-se-á avaliar, com base na composição de uma família extensa, em mais de 3.000 habitantes, evidenciando a existência de uma grande densidade populacional, de acordo com o seu *status* de lugar central.

Destacando-se destas unidades de arquitectura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios sugerem uma função pública, eventualmente de carácter religioso, político ou simplesmente utilitário.

À primeira dessas funções poderá ter estado associado o complexo de grandes construções rectangulares, em localização central, na Citânia de Sanfins com espólio de natureza sagrada, designadamente duas aras anepígrafas, tendo sido interpretado com idêntica função um conjunto do Monte Mozinho. Pode ainda documentar-se em Sanfins um santuário rupestre situado extra-muros, com indicação etnonímica e teonímica identificadas, a reclamar particular atenção sobre os limites da área de ocupação e de serviços destas comunidades.

Um grande edifício de planta circular, com cerca de 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros, em posição excêntrica relativamente às unidades familiares, assim se diferenciando das construções similares mais reduzidas atrás mencionadas,

poderia ser o local de reuniões de um conselho de anciãos, quadrando bem com o funcionamento de um órgão de função política. A acrópole do Monte Mozinho, onde não foram referenciadas estruturas de habitação, poderia servir eventualmente para a mesma utilidade.

Os edifícios destinados a banhos públicos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitectónico castrejo, de que se conhecem diversos exemplares por todo o Noroeste, desde o Norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro, designadamente: Santa Maria de Galegos, em Barcelos, Briteiros em Guimarães, Eiras em Famalicão, Sanfins em Paços de Ferreira e Freixo no Marco de Canaveses.

Tomando a forma especial de construções hipogeias, com câmaras de grandes monólitos talhados e com ornamentação do tipo «Pedra Formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles), estão normalmente situados junto a fontes ou linhas de água nas zonas baixas dos povoados, tendo sido a sua função objecto de controvérsia, vulgarizados como «fornos crematórios», postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos.

Esta e outras hipóteses, como a de santuários ou a de fornos de cozer pão ou cerâmica ou de fundição ou ainda de matadouros de animais, que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, devem ser abandonadas perante a consolidação da sua interpretação como balneários, envolvida de uma simbologia religiosa, convenientemente comprovada pela escavação do monumento de Santa Maria de Galegos Barcelos (Est. XIV-XV), que nos forneceu a planta mais acabada deste género de construções, bem como outros valiosos dados para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área castreja, de que são mais conhecidos os da Citânia de Briteiros e da Citânia de Sanfins.

Com efeito, esta solução tem a seu favor a particularidade da sua implantação soterrada, (para captação da água e manutenção do calor), a estrutura do monumento, que comporta todos os elementos necessários para a realização de banhos a vapor (forno, com chaminé, com inúmeros seixos rolados e outras pedras calcinadas sobre as quais era lançada água para provocar o vapor; câmara tipo estufa; ante-câmara aberta com bancos corridos) e banhos de água fria (grande pia no átrio; canalização e esgoto), em rigoroso acordo, aliás, com a passagem da *Geografia* de Estrabão (3, 3, 6) em termos de informação localizada.

O estudo do balneário castrejo do Freixo (Marco de Canaveses) mais reforçará esta função, ao evidenciar a sua substituição por umas termas romanas.

O paralelo, recentemente estabelecido com um monumento

congêneres referenciado em Ulaca (Solosancho, Ávila), na Meseta, permitiu uma nova abordagem sobre as áreas de dispersão e o significado ideológico desta prática banear, ora interpretada em contexto de proto-celtização ou celtização relacionada com rituais iniciáticos dos guerreiros castrejos (Almagro Gorbea-Alvarez Sanchis 1993). Em nossa opinião, porém, dever-se-á tratar de banhos rituais de carácter medicinal, como os que se registam em textos sânscritos da medicina ayuer-védica com recurso a óleos, plantas e outros elementos, documentados em diversas áreas indo-europeias.

A tipicidade e constância dos elementos decorativos, por vezes havidos como meramente ornamentais, parecem suportar a sua interpretação simbólica num quadro de religiosidade de aparente relação aos três elementos de base dos humores vitais da tradição indo-europeia referida, designadamente: o *fogo*, princípio de combustão e fonte de energia, simbolizado em composições com base no círculo; a *água*, matéria comum a todas as secreções, representada por linhas ondulantes; e o *vapor* ou o *ar*, sopro da vida, significado porventura por SS.

Em qualquer caso, ainda que de cronologia mais recente, não se tratará de versões indígenas de termas romanas ou de qualquer *tópos* helenizante, nem deverá explicar-se por influência céltica, devendo reportar-se a uma matriz indo-europeia pré-céltica, por outras vias, designadamente epigráfica e linguística, também denunciada como componente da cultura indígena, reproduzindo instalações anteriores em matéria precível.

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidentes com a da roda do oleiro, com aceitação integral nos povoados desta fase, denunciando uma forte organização do sistema de produção, e a vulgarização da metalurgia do ferro, que se tornou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaias agrícolas e ferramentas artesanais.

Um conjunto das observações sobre uma vasta área ultimamente escavada na Citânia de Sanfins (colab. R. Centeno), com registo de instalações, instrumentos e escórias, parece evidenciar a ocupação de espaços por áreas artesanais, designadamente as que se dedicavam à actividade metalúrgica e à olaria, como que prenunciando a estruturação da cidade medieval.

Da combinação destes factores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação

profissional, constituídas por grupos de *artifices*, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os balneários com pedras esculpturadas e a construção de sistemas defensivos.

Nestas circunstâncias, entendemos que é no quadro de uma definição urbana, a que convirá a designação de proto-urbanismo, que deverão ser classificados estes grandes povoados castrejos do Noroeste peninsular, que obedecem maioritariamente aos requisitos que vêm sendo apontados pelos arqueólogos na sequência da definição de urbanismo apresentada por V. Gordon Childe em 1950 e recentemente revista (Wells 1988), considerando, sobretudo, a extensão em superfície, a densidade de população, a monumentalidade dos edifícios públicos, estilos artísticos próprios, a presença de especialistas dedicados a tempo inteiro ao artesanato e grupos organizados de *artifices* e ainda a existência de grupos dirigentes de carácter militar (Est. XVII).

A sua organização segundo um sistema político hierarquizado, com a integração de povoados menores sob o domínio de lugares centrais (Est. III, 3), terá sido determinada, a nosso ver, por razões político-militares originadas pela necessidade de uma estratégia de defesa sequente à campanha de Decimus Junius Brutus. Nesta perspectiva se terá enquadrado o recuo para uma certa interioridade e selecção de sítios com capacidade de grande concentração demográfica, que poderá explicar eventuais mudanças de hegemonia relativamente à fase anterior, como a presumível transição de *Cale* para Vandoma, do Castro do Padrão para a Citânia de Sanfins ou do Castro de Santo António de Afife para a Cidade de Ancora, com as consequentes implicações de ordem urbanística.

Poderá favorecer esta interpretação o registo deste padrão de povoamento apenas na área meridional castreja, a Sul da bacia do Rio Minho, justamente o limite da expedição desse general romano.

* * *

A observação das mudanças ocorridas no âmbito de um processo de longa duração com etapas bem definidas, que entendemos convenientemente suportadas por dados arqueológicos, representará uma distanciação face ao fixismo afirmado pelas interpretações mais antigas e uma diferença no estabelecimento de parâmetros cronológicos e culturais relativamente aos critérios de outros esquemas de periodização, ora mais monolíticos ora de mais curta duração, desejando relevar a complexidade da evolução do habitat castrejo face à linearidade de certos estereótipos.

A interpretação deste processo, com reconhecimento da intervenção de agentes exógenos, não pretende seguir com exclusividade modelos difusionistas ou meramente invasionistas ou migracionistas, mas, antes, realçar a originalidade da dinâmica interna das comunidades proto-históricas regionais.

BIBLIOGRAFIA

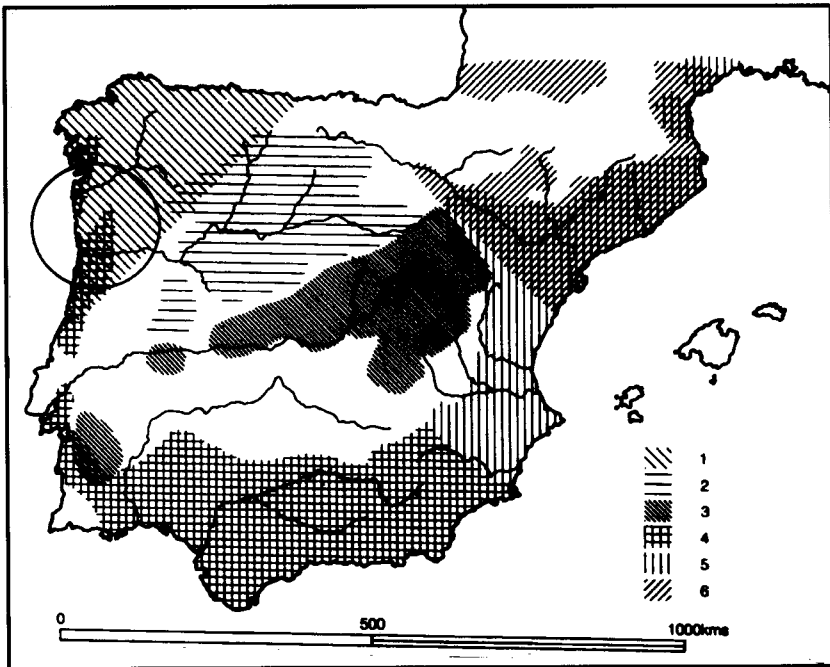
- ALARCÃO, J. (1987), A cidade romana em Portugal — A formação de «lugares centrais» em Portugal da Idade do Ferro à Romanização, *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 35-69;
- (1992), A evolução da cultura castreja, *Conimbriga*, 31, Coimbra, Instituto de Arqueologia, p. 39-71.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986), Bronce Final y Edad del Hierro, *Historia de España I. Prehistoria*, Madrid, Gredos, p. 341-532.
- ALMAGRO-GORBEA, M. — Álvarez Sanchís, J. R. (1993), La «Fragua» de Ulaca: saunas castreñas y baños iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, Navarra, p. 177-253.
- ALMAGRO-GORBEA, M. — Ruiz Zapatero, G., ed. (1992), Paleoetnología de la Península Ibérica, *Complutum*, 2-3, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990), *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais 7/8).
- ALMEIDA, C. A. F. (1983), Cultura castreja: Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, p. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F. — SOEIRO, T. — ALMEIDA, C.A.B. — BAPTISTA, A.J. (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima, sep.
- AMARAL, P. (1993), *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- AUDOUZE, F. — BUCHSENSCHUTZ, O. (1989), *Villes, villages et campagnes de l'Europe celtique*, Poitiers, Hachette.
- BRUN, P. (1987), *Princes et princesses de la Celtique*, Paris, Errance, Les Herpérides.
- CAROBARROJA, J. (1970), Organización social de los pueblos del Norte

- de la Península Ibérica en la Antigüedad, *Legio VII Gemina*, León, Diputación Provincial — Cátedra de San Isidoro, p. 7-62.
- CENTENO, R. (1987), *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- DINIS, A. P. (1993), *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- CHAMPION, T. — GAMBLE, C. — SHENNAN, S. — WHITTLE, A. (1988), *Prehistoria de Europa*, Barcelona, Crítica.
- FABIÃO, C. (1992), O povoamento proto-histórico e romano, in Mattoso, J., dir., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 76-299.
- HÖCK, M. (1986), *Studien zur sogenannten Castro — Kultur in Nord Portugal*, Marburg (diss. doutoramento).
- JORGE, S.O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP (Monografias Arqueológicas 2);
— (1990), Pré-história, IV. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 163-251.
- KALB, Ph. (1978) Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit, *Madrider Mitteilungen*, 19, Heidelberg, p. 112-138.
- KOLB, F. (1992), *La ciudad en la Antigüedad*, Madrid, Gredos.
- LATOUCHE, J. (1993), The lost city of Citânia, *Boletim da Sociedade Martins Sarmento*, 2.^a Série, 13, Guimarães, 1993, p. 6-8 (trad.).
- LEMONS, F. S. (1993), *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Braga, Universidade do Minho (diss. doutoramento).
- LOPES, A. B. (1994), *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia, Baiões, S. Pedro do Sul — Tecnologia e morfotipologias*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- LÓPEZ Cuevillas, F. (1980), A cultura castrexa, in Otero Pedrayo, R., dir., *Historia de Galiza*, 3. *Prehistoria*, Madrid, Akal, p. 211-537, 595-651 (addenda).
- MALUQUER de Motes, J. (1975), Formación y desarrollo de la cultura Mcastreña, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada a las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, 1973, Santiago de Compostela, p. 129-145.
- MARTINS, M. (1988a), *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 1);
— (1988b), *A Citânia de S. Julião, Vila Verde*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Momografias, 2);
— (1989), *O Castro de Barbudo, Vila Verde*, Braga (cadernos de Arqueologia — Monografias 3);

- (19909, *O Povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 5);
- (1991), *O povoado de Santo Ovídio, Fafe*, Braga (Cadernos de Arqueologia — Monografias, 6).
- MARTINS, M. — JORGE, S. O. (1992), in Almagro-Gorbea — Ruiz Zapatero, ed. (1992), p. 347-372.
- PEÑA Santos, A. (1992), *Castro de Torroso, Mos, Pontevedra, a Coruña*, Xunta de Galicia (Arqueoloxía/Memorias 11).
- PEREIRA Menaut, G., ed., (1983), *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, Santiago, Universidade de Santiago de Compostela — CSIC, Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (1992), *War and castros: New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford (diss. doutoramento).
- RENFREW, C. (1987), *Archaeology and language: The puzzle of Indo-European origins*, New York, Cambridge University Press (trad. castelhana: *Arqueología e language*, Barcelona, Crítica, 1990).
- RENFREW, C. — BAHN, P. (1991), *Archaeology: Theories, methods and practice*, London, Thames and Hudson (trad. castelhana: *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, Madrid, Akal, 1993).
- RIHLL, T. E. — WILSON, A. G. (1991), Modelling settlement structures in Ancient Greece: New approaches to the polis, in Richt, J. R. — Wallace-Hadrill, ed., *City and country in the Ancient World*, London and new York, p. 59-95.
- RYKWERT, J. (1976), *The idea of a town*, London, Faber and Faber.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976), *El habitat castreño*, Santiago de Compostela, Colexio de Arquitectos de Galicia.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989), *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego*, Lisboa, Faculdade de Letras (diss. doutoramento);
- (1991), The late prehistory of central Portugal: a first diachronic view, *American Anthropological Association Annual Meeting*, Chicago, Americam Press (paper).
- SILVA, A. C. F. (1981-82) Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugalia*, Nova Série, 2-3, Porto, Instituto de Arqueologia, p. 83-94;
- (1983-84), A cultura castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e cronologias, *Portugalia*, Nova Série, 3-4, Porto, Instituto de Arqueologia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), 1983, p. 83-94;
- (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins;

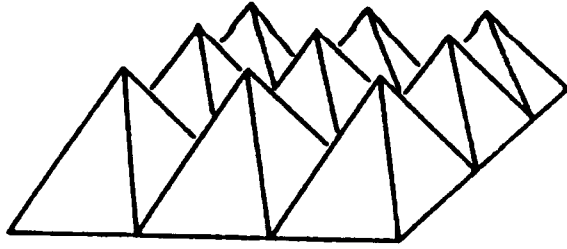
- (1990a), A Idade do Ferro em Portugal, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, Presença, p. 257-341;
- (1990b), Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Lisboa, Instituto Oriental, p. 135-155;
- (1993), A cidade castreja. Análise de um processo de proto-urbanização, *A cidade — Jornadas inter e pluridisciplinares*, 2, Lisboa, Universidade Aberta, p. 11-26;
- (1995), Portuguese castros: The evolution of the habitat and the proto-urbanisation process, *Proceedings of the British Academy*, 86, Oxford, p. 263-289.
- SILVA, A. C. F. — Centeno, R. (1993), Habitat castrejo e aspectos de aculturação: A *domus* do Castro de Romariz, Santa Maria da Feira, *I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, SPAE (prep.).
- SILVA, A. C. F. — GOMES, M. V. (1992), *Proto-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SILVA, A. C. F. — RAPOSO, L. — SILVA, C. T. (1993), *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- SILVA, A. M. S. P. (1994), *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga litoral. Elementos para uma avaliação crítica*, Porto, Faculdade de Letras (diss. mestrado).
- SOEIRO, T. (1984), Monte Mozinho — Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega, *Penafiel — Boletim Municipal da Cultura*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel.
- VAZ, J. L. I. (1990), Quatro datações C14 para o Bronze Final português, II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1990 (prelo);
- (1993), *A civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*, Coimbra, Faculdade de Letras (diss. doutoramento).
- WAGSTAFF, J. M. (1987), *Landscape and culture. Geographical and archaeological perspectives*, Oxford, Basil Blackwell.
- WELS, P. S. (1988), *Granjas, aldeas y ciudades: Comercio y orígenes del urbanismo en la protohistoria europea*, Barcelona, Labor.

ESTAMPAS

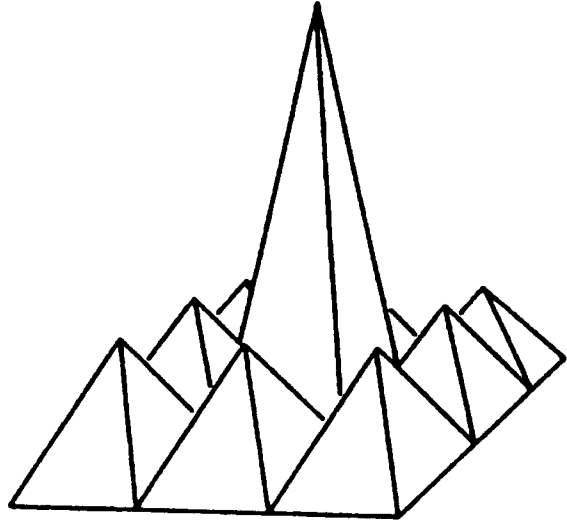


- 1 — Cultura castreja do Noroeste peninsular
com delimitação da sua área meridional
- 2 — Cultura do Douro
- 3 — Cultura do Tejo
- 4 — Cultura tartéssico/turdetana
área de influência predominantemente fenícia e púnica
- 5 — Cultura ibérica
área de influência predominantemente grega
- 6 — Área de influência dos Campos de Urnas (Taffanel IV)
(Sobre Schüle 1969, Karte 19)

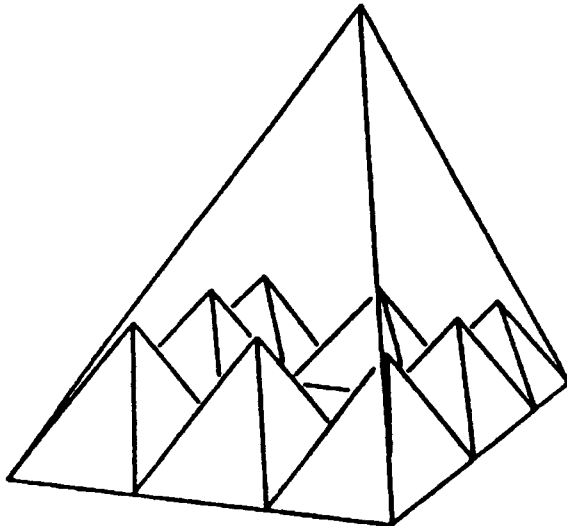
PERIODIZAÇÃO					REFERÊNCIAS HISTÓRICAS
SÉCULO	FASE	CENTRO DA EUROPA	NORTE DA EUROPA	ÁREA ATLÂNTICA	
1000				BF II	
		Ha B1 CU recentes I			
900	IA	Ha B2 CU recentes II		BF III	Colonização fenícia
800		Ha B3 CU recentes III			
700	IB	Ha C	M VI	Hallstatt	535 Batalha de Alalia 509 1.º tratado Roma-Cartago
600		Ha D			
500	IIA	A I	Ferro antigo	La Tène	348 2.º tratado Roma-Cartago 306 3.º tratado Roma-Cartago 279 4.º tratado Roma-Cartago 201 — fim da 2.ª Guerra Púnica
400		B			
300	IIB	C II	Ferro recente	La Tène	155-138 Guerras Lusitanas 138-136 Campanha de
200		D III			
100	IIIA			Roma	D. Junius Brutus 96-94 Campanha de P. Licinius Crassus 80-72 Resistência de Sertório 61-56 Campanhas de César 27-19 Guerras Cântabras
0	IIIB				
100					69-96 Dinastia dos Flávios



1



2

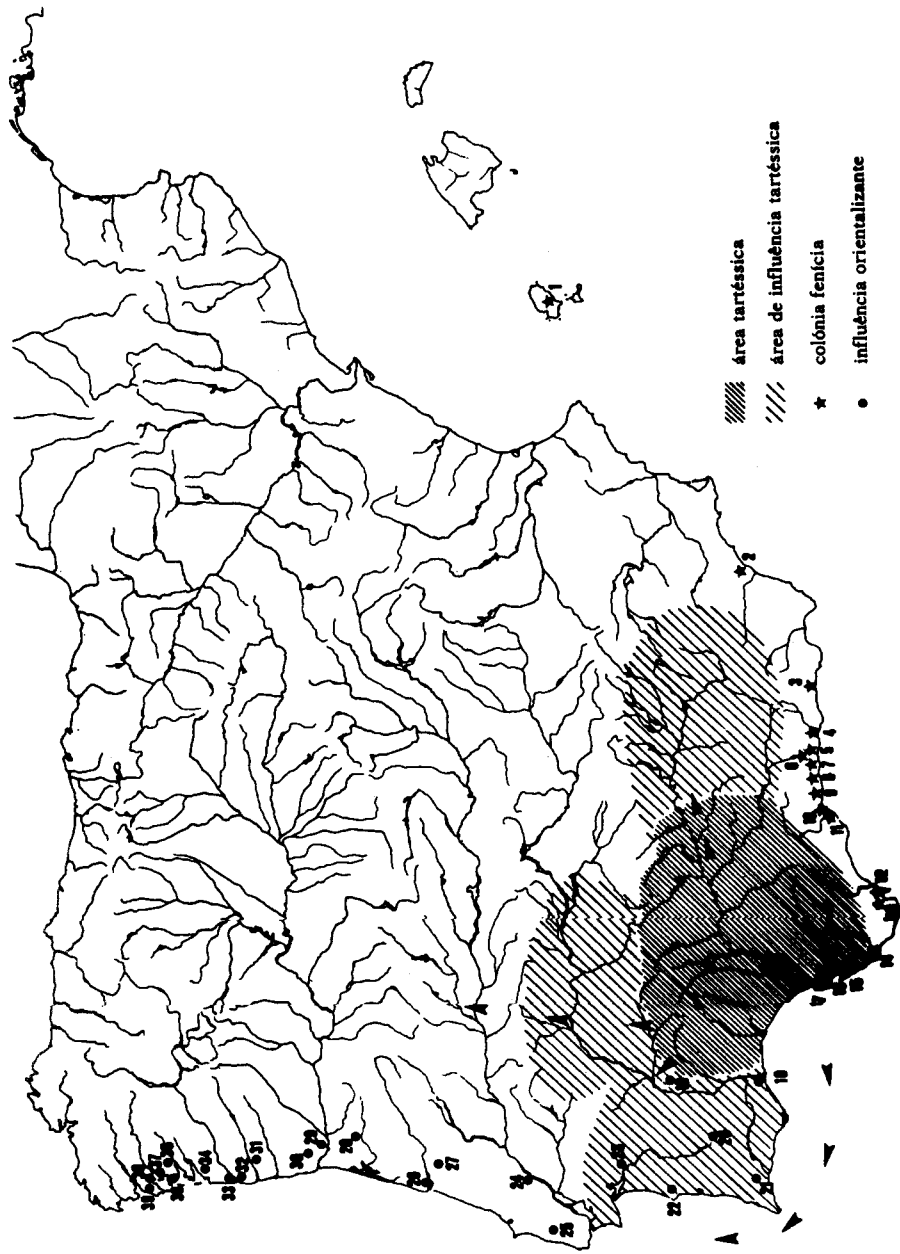


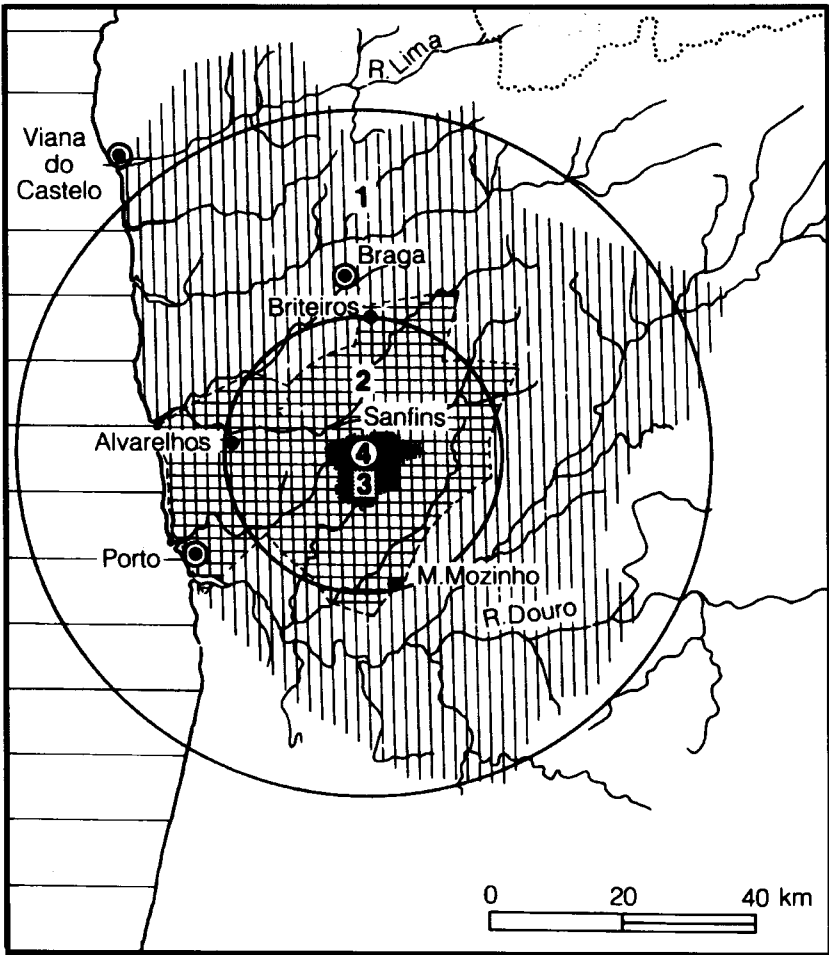
3

(Adap. P. Le Brun 1986)

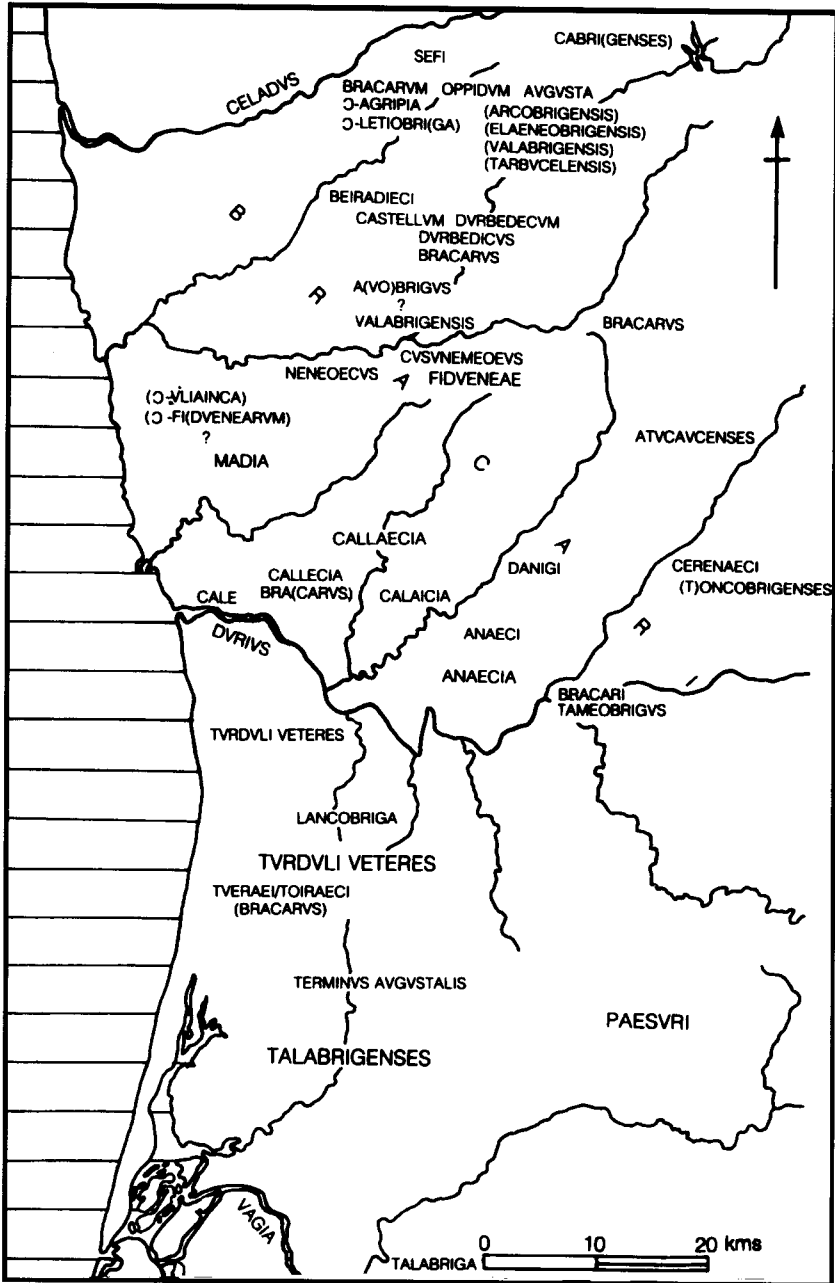


Análise espacial do habitat castrejo na bacia do Ave, fase I (Dinis 1993)





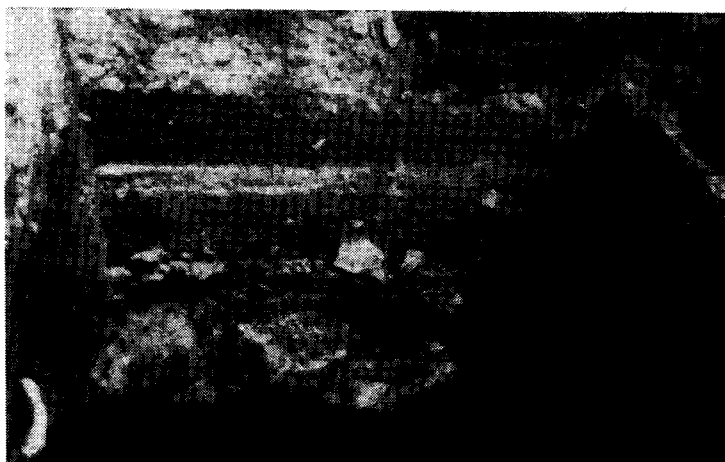
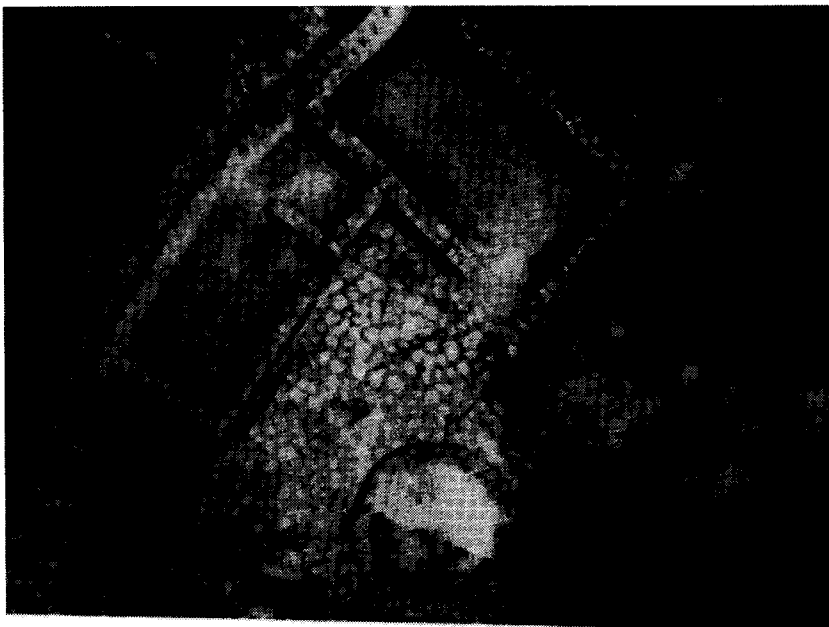
Área de influência da Citânia de Sanfins



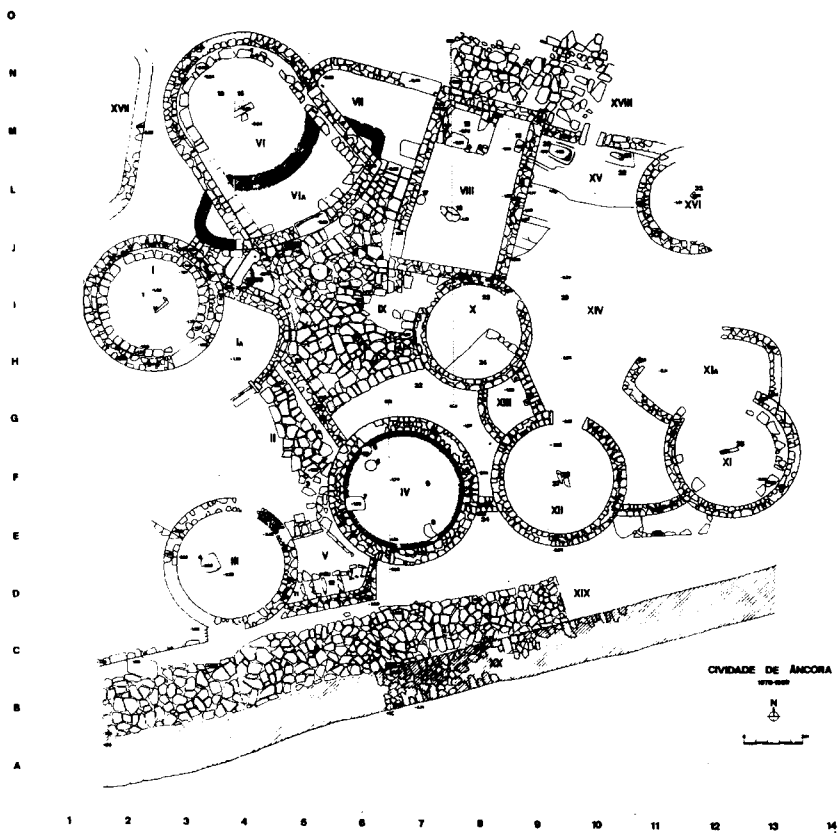
Referências étnicas regionais



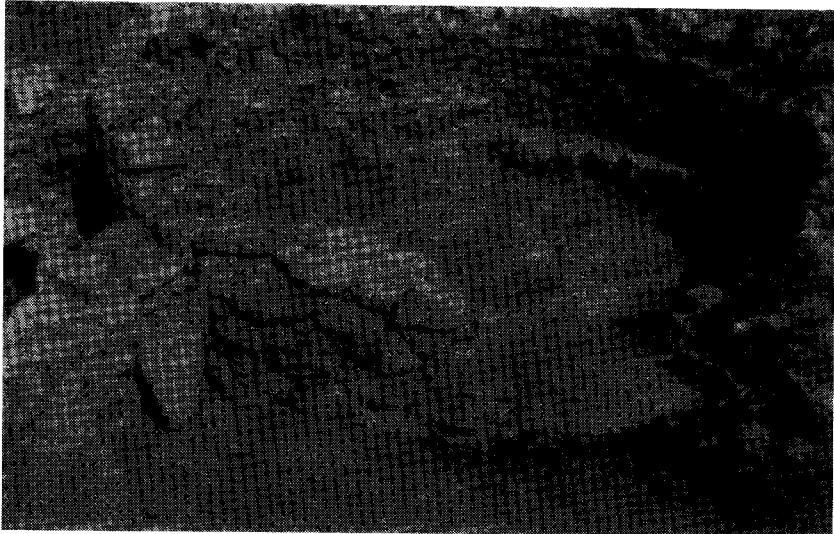
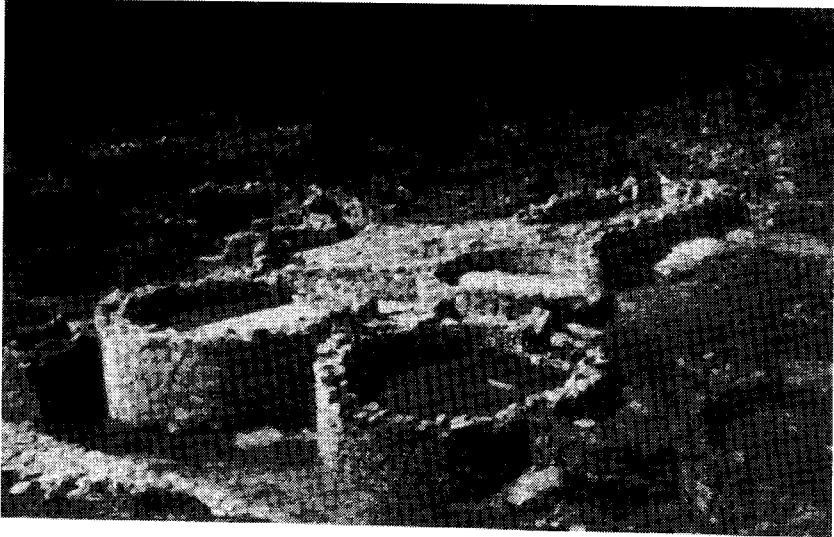
Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha): estruturas e corte estratigráfico



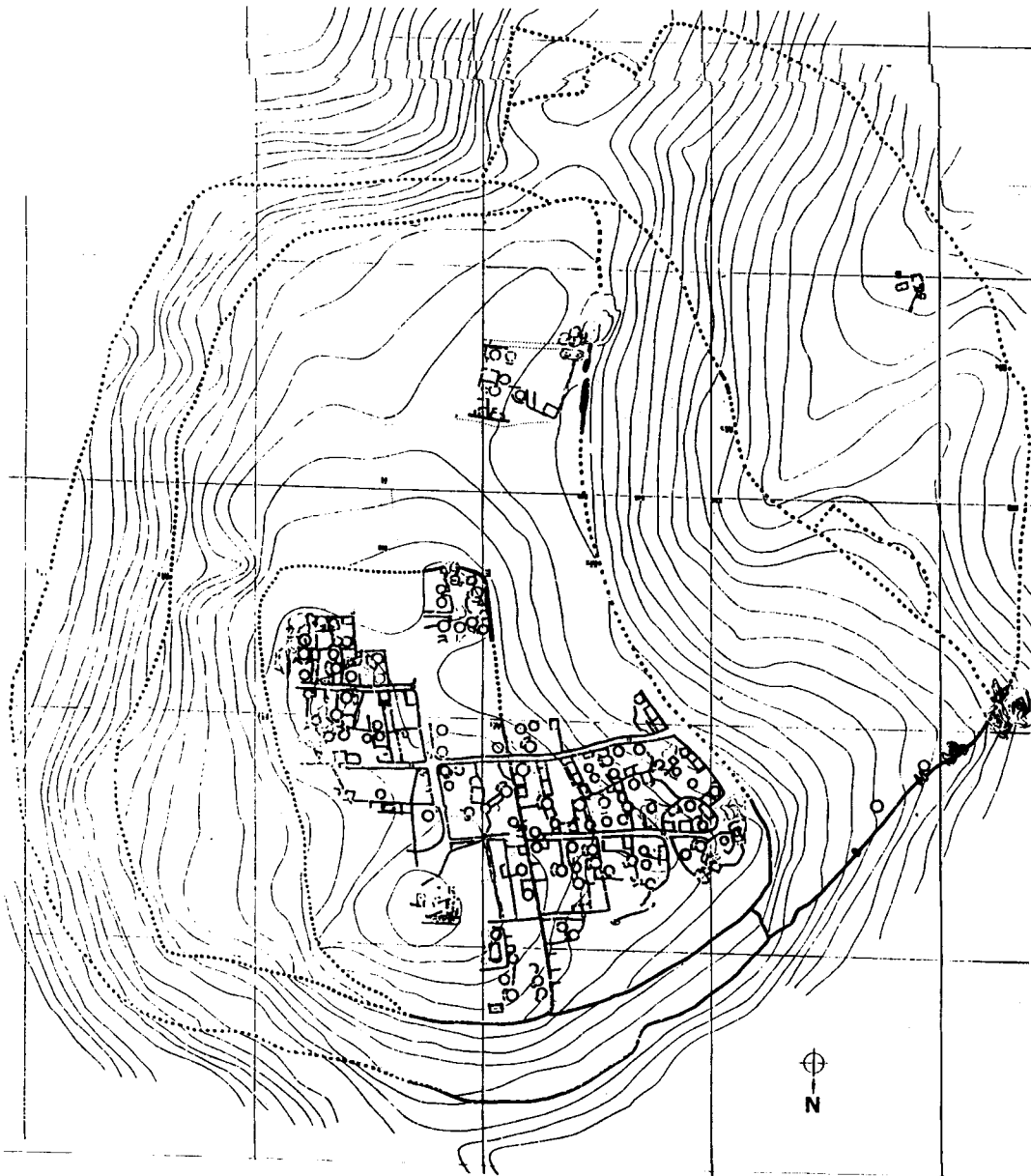
Castro de Romariz (Santa Maria da Feira): estruturas e corte estratigráfico



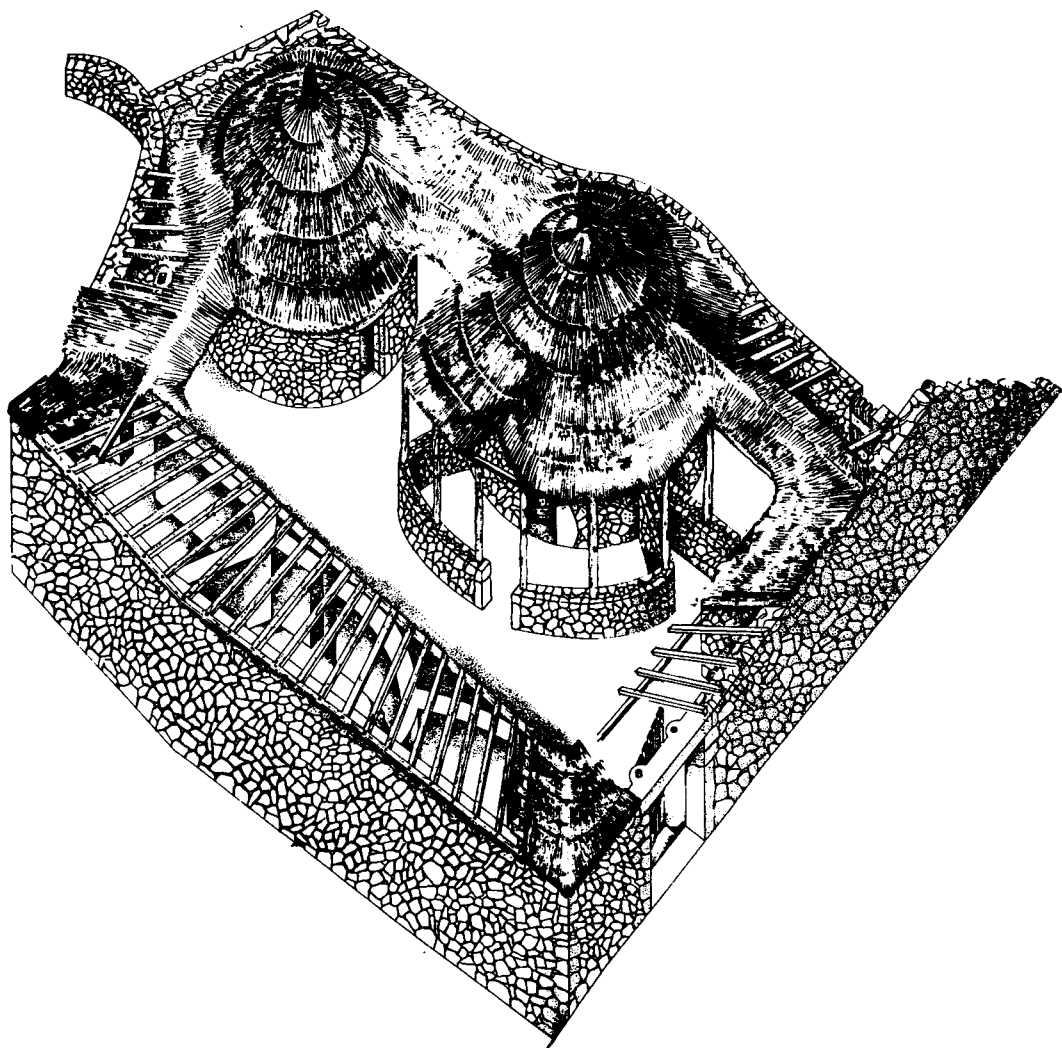
Cidade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo): planta das escavações 1978-1982



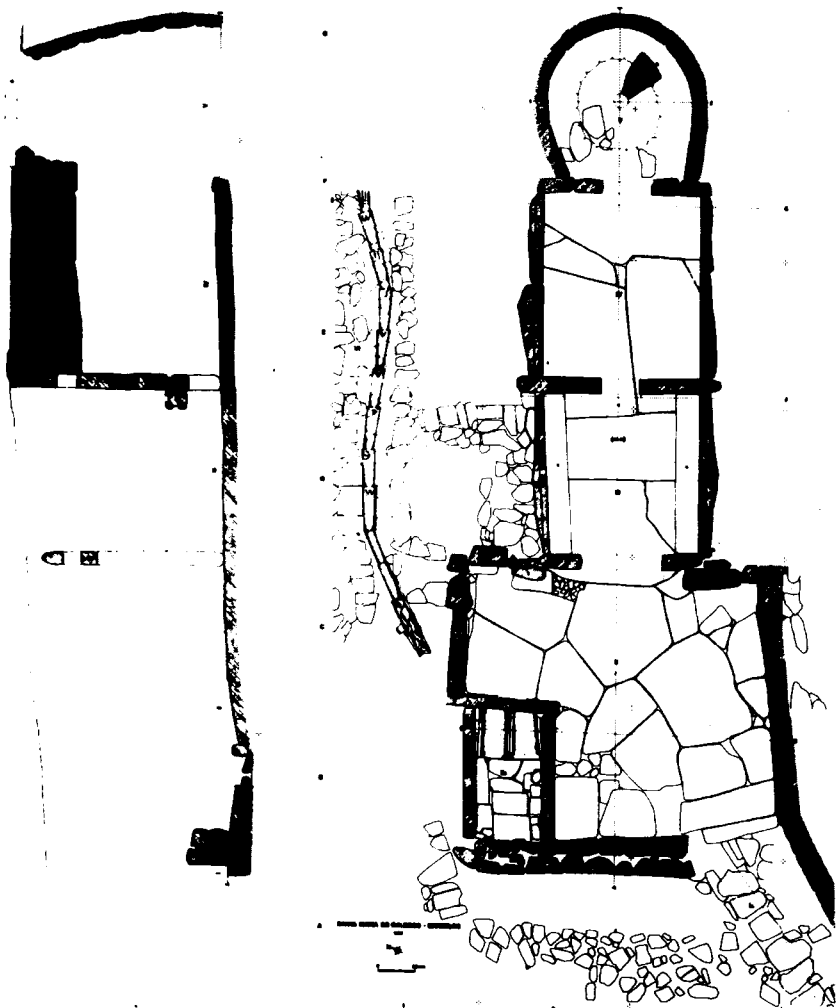
Cidade de Âncora (Caminha/Viana do Castelo): estruturas



Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira): planta das escavações



Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira): reconstituição de núcleo familiar



Balneário castrejo de Santa Maria de Galegos (Barcelos): planta e corte longitudinal



Balneário castrejo de Santa Maria de Galegos (Barcelos)

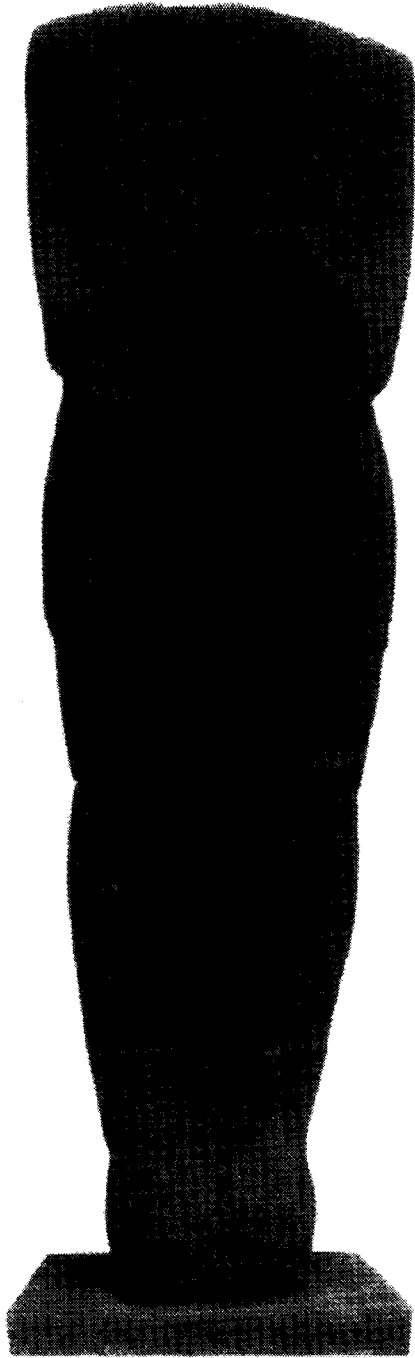


1



2

- 1 — Tessera hospitalis do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
- 2 — Dintel de templo romano dedicado pelos Bracari (Alpendurada, Marco de Canaveses)



Guerreiro castrejo de Santa Comba de Basto